

ANEXO I

IMPUGNAÇÃO AO TERMO DE _____

_____, devidamente inscrito(a) no CNPJ sob nº _____, Inscrição Municipal nº _____, estabelecido(a) em Caxias do Sul – RS, à Rua/Avenida _____, telefone _____, endereço eletrônico _____, através de seu representante legal, não se conformando com o Termo de _____, em anexo, com amparo no que dispõem o Art. 39, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, o Art. 121 da Resolução CGSN nº 140, de 22 de maio de 2018, os Arts. 189, 189-A, 190 e 210 da Lei Complementar nº 12, de 28 de dezembro de 1994, na redação dada pela Lei Complementar nº 571, de 05 de novembro de 2018 e a Instrução Normativa SRM nº 01/2022, formaliza a presente impugnação, pelas razões de fato e de direito que seguem:

I – DOS FATOS

Descrição dos motivos de fato, de forma minuciosa e clara. Deverão ser descritos aqueles importantes para a solução do conflito.

II – DO DIREITO

Descrição do direito em que se fundamenta (base legal, inclusive), os pontos de discordância e as razões e provas que possuir (anexá-las).

À vista de todo exposto, demonstrada a insubsistência e improcedência do Termo de _____, requer o impugnante que seja acolhida a presente impugnação, a fim de assim ser decidido por _____

Descrição do objetivo da impugnação, por exemplo: deferir sua opção pelo Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte – Simples Nacional; ou mantê-lo no Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte – Simples Nacional; ou mantê-lo no Sistema de Recolhimento em Valores Fixos Mensais dos Tributos abrangidos pelo Simples Nacional (SIMEI).

Termos em que pede deferimento.

Caxias do Sul, ___ de _____ de _____.

nome da empresa e CPF do signatário